

PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO SOCIAIS, MOVIMENTOS
AUTOGESTIONÁRIOS E CONSCIÊNCIA CRÍTICA
*SOCIAL BUILDING PROCESSES, SELF-MANAGEMENT MOVEMENTS AND
CRITICAL CONSCIENSE*

Josiane MAGALHÃES¹

RESUMO: este texto pretende fazer uma breve análise acerca da construção social da realidade e suas correlações nos processos de construção da identidade individual e na formação da consciência crítica. Objetiva ainda a interpretação das relações existentes entre os processos de construção social da realidade e de identificação dos seres humanos que mantém *status quo* social e definem a produção de suas consciências acerca do ambiente em que vivem.

PALAVRAS-CHAVE: processos de socialização; autogestão; identidade; consciência crítica.

INTRODUÇÃO

Os processos sociais são, por excelência, os principais responsáveis pela manutenção dos níveis de desenvolvimento social, político e econômico a que a humanidade conseguiu atingir neste início do século XXI. São também responsáveis pela manutenção e adaptação do sistema capitalista. Apesar de se tratar de um conceito que pode se tornar vago e impreciso, acreditamos ser este um conceito geral o suficiente para se aglutinar aspectos do desenvolvimento humano que, sob a presente perspectiva, são fundamentais e interconectados para se tentar compreender mais profundamente como o sistema capitalista se mantém e se perpetua e, talvez, a partir daí, construam-se alternativas a este modelo. A proposta do presente texto é bastante audaciosa. Procura-se analisar os entrelaçamentos dos processos que envolvem, por um lado, a construção da identidade e, por outro, a formação da consciência crítica, ambos inseridos em processos de construção social da realidade e construção de indivíduos enquanto mercadorias para o mercado de mão-de-obra qualificada.

¹ Professora efetiva do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso. Doutora em Educação.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

Em primeiro lugar, faz-se necessária uma definição do que se entende por identidade. Este conceito possui duas dimensões: a pessoal, que é objeto de investigação dos psicólogos e; a social, que é o plano em que a identidade se edifica e se realiza.

Estas dimensões estão interconectadas, permitindo-se tomá-las como dimensões de um mesmo e inclusivo fenômeno, situado em diferentes níveis de realização. A identidade surge com a atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, particularmente como grupo social. Podemos dizer assim que a construção da identidade faz parte da socialização do indivíduo e, desta forma, é um processo em que o indivíduo irá internalizando os símbolos e representações sociais. Dito de outra forma é a internalização da sociedade pelo indivíduo.

Sendo um processo de identificação, está ligado, por um lado, na percepção daquilo que tem de comum em relação a outros indivíduos e, por outro lado, naquilo em que se diferencia de outros indivíduos. É, portanto, um processo que tem pares dicotômicos que permitem a construção do ser social. O indivíduo, ao nascer, é definido biologicamente como masculino ou feminino em nossa sociedade. A partir daí, passará a assumir valores, crenças e percepções socialmente estabelecidas como representações dessa ou daquela definição que coloca o indivíduo como homem ou mulher.

Nas palavras de Oliveira (2000), a formação da identidade possui um conteúdo marcadamente reflexivo ou comunicativo, posto que supõe relações sociais tanto quanto um código de categorias destinado a orientar o desenvolvimento dessas relações. A identidade não se funda numa percepção sinestésica do ser, mas numa auto-apreensão de si em situação. Desta forma, a construção da identidade agrega a apreensão de um mundo ideologizado.

Para Erikson (1972), identidade e ideologia são dois aspectos do mesmo processo: ambos fornecem a condição necessária para uma maior maturação individual e, com ela, para a próxima forma de identificação mais inclusiva, ou seja, a solidariedade. Esta é desenvolvida ligando identidades comuns em vida, ação e criação conjuntas. Isto propõe que o indivíduo estabelece um conjunto de determinações ideológicas condicionantes do processo de sua socialização que fica implícito no seu modo de vida. Da mesma forma,

nota-se a construção da identidade na conexão com a definição de papéis sociais e a aquisição de *status* na sociedade.

Conclui-se, então, que na medida em que o indivíduo se socializa, assume internamente as condições concretas da sociedade que passarão a fazer parte de seu eu. É por conta dessa interiorização da sociedade, através das representações em seu eu, agora constitutivo de si, que se pode conceber que o indivíduo, uma vez socializado, carregará consigo sua existência social.

Brandão (1986) em seu texto *Papéis, personagens e pessoas*, corrobora com essa idéia, propondo que é preciso entender as gramáticas que as pessoas e os grupos sociais usam para atribuir, a si mesmos e aos outros, significados que os tornam sujeitos, sociedades e nações com nomes, símbolos e sinais de diferenças. Permite entender, sobretudo, como uma sociedade constrói as suas pessoas como categorias de sujeitos postos em relações uns com os outros.

A evidência de que cada um de nós é uma lenta construção da sociedade sobre seus membros, através de um trabalho de ensino-aprendizagem - de formas de sentimento, pensamento e ação - torna possível afirmar que o sujeito transformado em pessoa é ele mesmo uma expressão individualizada da estrutura de símbolos do mundo social onde vive.

Na medida em que pode ser um objeto para si, a pessoa é essencialmente uma estrutura social e surge da experiência social. Depois que surgiu, a pessoa proporciona a si mesma, de certo modo, as suas experiências sociais e assim podemos conceber uma pessoa absolutamente solitária. No entanto, é impossível imaginar uma pessoa surgida fora da experiência social. (MEAD apud BRANDÃO, 1986, p. 176)

Assim, um aspecto importante da cultura de todos os povos, em todos os tempos, está colocado na necessidade de representar, dar nomes e dar sentido aos nomes de seus sujeitos e suas diferentes categorias de sujeitos.

Sob a ótica dessa evolução, Brandão (1986) nos aponta um trajeto. Assim, temos inicialmente a definição de papéis, que são atuações pré-estabelecidas de conteúdo ao mesmo tempo social e ritual. São vivenciadas por aqueles sujeitos-personagens que figuram a sua atuação de acordo com quem são simbolicamente, de acordo com as posições e papéis sociais do clã tribal.

As sociedades impõem a todos os seus membros a sua ordem social: os modos concretos como se dão os jogos de posições/relações possíveis entre as categorias de indivíduos. Impõe também a sua ordem simbólica: os modos como a vida social é imaginada coletivamente e como, através dela, pensam suas relações vitais com a natureza, com o universo. A sociedade também codifica e articula sistema de posições (*status*) e de relações (papel) regido por princípios muitas vezes rígidos, de direitos e deveres.

Através da análise histórica, pode-se perceber que a evolução do conceito de pessoa na história parece percorrer do coletivo ao individual. Porém, esse individual forma-se como conceito dentro do social.

Entender este processo nos auxilia na compreensão de como se dá a relação indivíduo-sociedade. Desta forma, podemos identificar como ocorre a manutenção das bases da sociedade em que vivemos e, principalmente, a chave para as mudanças que queremos.

A compreensão do processo de construção de identidade define claramente a importância do papel da educação como elemento formador em nossa sociedade. Para além dos conteúdos, está colocado o ambiente socializador que irá dar o tom da formação da consciência dos indivíduos.

Tal qual está institucionalizada, nossa educação não transcende a formação dos indivíduos na direção da construção de consciências críticas. Podemos perguntar, então, como esse processo de formação da identidade pode proporcionar a formação da consciência crítica?

Como veremos mais à frente, a construção da identidade não é um processo acabado. Nele, os indivíduos são constantemente chamados a reafirmar seu processo de socialização. Assim, quando ocorre uma ruptura nos processos socializadores (cristalizados nas rotinas), o que Berger e Luckman (1985) chamam de conservação rotineira da realidade, podemos dizer que os processos modificam-se nos moldes do que os autores chamam de conservação crítica da realidade.

É conveniente distinguir entre dois tipos gerais de conservação da realidade, a conservação rotineira e a conservação crítica. A primeira destina-se a manter a realidade interiorizada na vida cotidiana; a última, a realidade em situações de crise. Ambas acarretam

fundamentalmente os mesmos processos sociais, embora possam notar-se algumas diferenças. Conforme vimos, a realidade da vida cotidiana mantém-se pelo fato de corporificar-se em rotinas o que é a essência da institucionalização. Ademais disso, porém, a realidade da vida cotidiana é continuamente reafirmada na interação do indivíduo com os outros.² Assim como a realidade é originalmente interiorizada por um processo social, assim também é mantida na consciência por processos sociais. Estes últimos não são radicalmente diferentes dos exercidos na primeira interiorização. Refletem também o fato básico de que a realidade subjetiva deve ter com a realidade objetiva uma relação socialmente definida. (BERGER; LUCKMAN, 1999, p. 198)

Para exemplificar esse conceito, vejamos o que se processa com um indivíduo ligado a um processo de autogestão.

Geralmente os indivíduos estão inseridos em processos sociais que reafirmam, através das rotinas, o processo socializador que reafirma o *status quo* da sociedade em que ele se insere. Isto pode ser percebido na seqüência de seu dia-a-dia, desde o momento em que se levanta, sempre no mesmo horário, executando as mesmas tarefas diárias, estabelecendo os mesmos contatos e vínculos sociais.

Quando se torna desnecessário ao processo produtivo, haja vista que as inovações tecnológicas impulsionadas pelo processo de globalização o tornaram descartável, esse indivíduo é demitido e passa a fazer parte de um outro grupo: os desempregados. Configura-se para ele uma situação de crise. As rotinas a que estava acostumado já não lhe servem de sustentação para sua realidade. Em contato com outros indivíduos na mesma situação (como ocorre nos grupos em que surgem as experiências de autogestão), passam a dialogar sobre o que irão fazer de suas vidas, passam a reconstruir suas realidades e ampliar suas perspectivas e visões de mundo. Isto ocorre, principalmente, porque não há mais processos rotineiros e há o grupo nas mesmas condições de crise dialogando sobre suas crises pessoais. Neste ponto, os processos de identificação são retomados e há a possibilidade do início de um processo de construção de uma consciência crítica.

Por outro lado, este mesmo momento de crise pode levar este indivíduo para outros caminhos, se o mesmo permanecer sozinho.

² Então, para quebrar esse círculo realimentador é preciso colocar frente a frente outros indivíduos em crise, insatisfeitos, expropriados, a fim de que a realidade possa ser desconstruída ou reconstruída em outras bases.

Geralmente, poderá entrar em um processo de apatia e depressão. Não raro, tais momentos são sentidos como momentos de abandono e isolamento. Este indivíduo também poderá ser cooptado por movimentos os mais diversos, tais como o crime, movimentos de cunho religioso radical ou projetos político partidários. Um bom exemplo está demonstrado nos fatos históricos de construção do nazismo na Alemanha.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE

Os autores Berger e Luckman (1999) são as principais referências na discussão da construção social da realidade. Segundo estes, um primeiro pressuposto que deve ser ressaltado é a óptica em que se compreende a relação indivíduo e sociedade. Um primeiro lance de olhos poderia supor que se trataria de uma concepção onde a soma dos indivíduos constituiria a sociedade. Em oposição, poder-se-ia dizer que as instituições já existiam antes dos indivíduos, portanto, a sociedade não é a soma dos indivíduos. A perspectiva não coloca ênfase nem na idéia da soma, nem na abstração de uma sociedade conceitual composta de classes.

A perspectiva aqui apresentada é de que cada indivíduo, durante o processo de socialização, constrói dentro de si representações acerca do mundo e da sociedade. Essas representações constituem, ao mesmo tempo, sua identidade pessoal, assim como permitem a existência e a manutenção das instituições sociais e, por conseguinte, a sociedade. Sendo assim, a chave da compreensão da relação entre indivíduo e sociedade está no indivíduo, pois é compreendendo seu processo de socialização que podemos compreender como a sociedade está sendo construída e reconstruída em cada indivíduo. Se for assim, cada indivíduo tem dentro de si as bases, o alicerce que mantém a sociedade tal qual ela se configura. Não se trata da soma de individualidades, mas de elos que se encontram em cada indivíduo que os unifica em suas ações, valores e visões de mundo. Os elos construídos em cada indivíduo compõem ao mesmo tempo a identidade do indivíduo em sua particularidade e mantêm as instituições sociais que são vistas e interpretadas segundo a internalização dos valores que sustentam a sociedade.

Norbert Elias (1998) nos chama a atenção para o fato de que toda a cultura humana se concebe e se desenvolve na medida em que um ser humano aprende com outro ser humano, através da interação, de onde advém toda a herança sócio-cultural da humanidade.

O segundo pressuposto é a idéia de que a realidade é construída socialmente. Sendo assim, a análise que se segue procura entender o processo em que a realidade é construída. Não pretende relatar uma história das teorias sociológicas, mas a assimilação das teorias na medida em que contribuem para a formulação de uma compreensão das relações sociais e na produção, assimilação e difusão do conhecimento humano que dão sustentação à sociedade. Da mesma forma, procura avaliar como esse processo constrói ou não, indivíduos com consciências críticas.

A diferenciação de consciência e consciência crítica nos permite a possibilidade de acreditar que os indivíduos dotados da capacidade de construir uma visão de mundo autonomamente deixariam de assumir os valores da sociedade, tal qual ela se apresenta de forma mecânica, o que incorreria na possibilidade da construção de novos alicerces sociais e, assim, uma nova sociedade.

Em primeiro lugar, a realidade é entendida como uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos existir independentes do nosso próprio desejo. O conhecimento está colocado como a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas.

Há uma distinção entre os vários campos de saberes, tais como o do homem comum (homem da rua), o do filósofo e o do sociólogo. Esses conhecimentos estão compreendidos por perspectivas diferentes. Podemos exemplificá-los considerando que: para um homem comum, seu mundo é o que habita. Este é *real* para ele, e o *conhece*, com graus variáveis de certeza, como tendo este mundo tais ou quais características, só se preocupando com problemas de aspectos imediatos. Já o filósofo poderia ter de indagar do *status* ontológico e epistemológico, algo como: o homem é livre? Que é responsabilidade? Onde estão os limites da responsabilidade? Como se podem conhecer estas coisas? E finalmente o sociólogo que poderia estar a meio caminho entre o filósofo e o homem comum, teria questões girando em torno de: por quê a noção de liberdade chegou a ser suposta como certa em uma sociedade e não em outra? Como sua realidade é mantida em uma sociedade e como esta realidade pode mais de uma vez ser perdida por um indivíduo ou uma coletividade inteira?

As idéias construídas são importantes, mas deve-se levar em consideração que todos os homens na sociedade participam, de uma maneira ou de outra, do conhecimento construído por essa sociedade e

que este conhecimento é socialmente distribuído. Assim, deve-se perguntar como se dá a construção social da realidade.

A sociedade e o conhecimento produzido em seu interior originam-se basicamente de relações sociais. Indivíduos interagindo com outros indivíduos. Quando interagem, tornam-se acessíveis uns aos outros através da objetivação de suas subjetividades. As relações humanas acabam padronizando-se em certas rotinas, na medida em que os indivíduos interagem. Dessa padronização originam-se as institucionalizações.

A primeira institucionalização feita pelos seres humanos que lhes serviu de mediação em suas relações sociais foi a linguagem. A linguagem é uma institucionalização fundamental na construção social, pois cristaliza, em forma de símbolos, as realizações humanas, sejam elas ações concretas ou idéias. É através da linguagem que tomamos conhecimento da realidade objetiva. É a forma como a realidade da vida cotidiana se apresenta como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente. Apreende-se a realidade da vida diária como uma realidade ordenada. Seus fenômenos acham-se previamente dispostos em padrões que parecem ser independentes da apreensão que deles se tem e que se impõem à apreensão. A realidade da vida cotidiana aparece já objetivada. Essa apreensão se dá de maneira imediata no contato face a face com outros indivíduos tendo a linguagem como elemento mediador.

O contato com outros indivíduos na vida cotidiana pode não ocorrer na forma *aqui e agora*, podendo ser transmitido por outros indivíduos a nós através de relatos. Mas a experiência do aqui e agora sempre irá superar em riqueza de detalhes àquela transmitida por terceiros. E terá maior influência e credibilidade se vivenciada aqui e agora, do que as experiências transmitidas por terceiros. É na relação com o outro que o meu eu também se objetiva a mim e, assim, torna-se acessível tanto a um quanto a outro.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE COMPORTAMENTOS E SIGNIFICADOS

Há comportamentos que se tornam padrões no desenvolvimento das sociedades e, por conta disso, institucionalizam-se. Com a institucionalização de comportamentos e significados, aparecem os papéis sociais que irão determinar o comportamento e a previsibilidade dos relacionamentos entre os indivíduos, assim como

os elementos mediadores das relações sociais imediatas ou não, que se desenvolvem no cotidiano. O grau de conhecimento e reflexão sobre o que e porque ocorre será mais profundo ou não dependendo de como certos comportamentos são adequados e como respondem às necessidades e problemas sociais que se colocam cotidianamente aos indivíduos.

Todo processo de institucionalização precisa de processos de legitimação e manutenção do *status quo*. Esses processos visam manter principalmente os mecanismos conceituais e a organização social que derivam de específica concepção do universo, que pretende ser uma explicação coerente das relações sociais existentes na sociedade.

SOCIALIZAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA

A interiorização da realidade de uma dada sociedade realiza-se através de processos de socialização denominados por Berger e Luckmann (1985) como socialização primária e socialização secundária. Esses processos ocorrem quando o indivíduo nasce em determinada sociedade e tem seus primeiros contatos com os valores e explicações sobre o mundo ao seu redor (socialização primária), que ocorre na infância, normalmente na família. Depois o indivíduo inicia seus contatos com outros círculos: escola, clube, igreja, ambiente de trabalho, onde irá socializar-se através da socialização secundária. Na primeira, há predominância da emoção como elemento mediatizador; na segunda, a socialização é mediatizada pelo aspecto racional. Os valores apreendidos na primeira socialização são mais arraigados ao comportamento e à identificação do indivíduo, o que os torna menos passíveis de sofrerem modificação. Já aquilo que se apreende na segunda socialização, não.

A construção da identidade de um indivíduo está intimamente relacionada com essas fases de socialização. Forma-se e mantém-se em relação a um ambiente social que reforça suas concepções sobre o mundo e sobre si mesmo.

Os processos pelos quais passa um indivíduo quando muda de ambiente e, conseqüentemente, muda de identificadores, podem ocorrer de maneiras diferentes. Há, para essas ocasiões, processos de conservação da realidade que se distinguem em conservação rotineira e crítica. A primeira destina-se a manter a realidade interiorizada na vida cotidiana, mantendo uma linha de continuidade entre presente e passado. A segunda visa a manutenção da realidade em situações de

crise. Os processos sociais, tanto em uma situação quanto em outra, são basicamente os mesmos, podendo, contudo, notar-se algumas diferenças.

A realidade da vida cotidiana mantém-se pelo fato de corporificar-se em rotinas, o que é a essência da institucionalização. Além disso, é continuamente reafirmada na interação do indivíduo com os outros. Essas interações ocorrem, sobretudo, através de conversas que têm como pano de fundo um mundo que é tacitamente aceito como verdadeiro. A linguagem objetiva o mundo, dando às experiências individuais uma ordem coerente. No estabelecimento desta ordem, a linguagem realiza um mundo, no duplo sentido de apreendê-lo e produzi-lo. A conversação é a atualização desta eficácia realizadora da linguagem nas situações face a face da existência individual. Na conversa, as objetivações da linguagem tornam-se objetos de consciência individual. A fim de manter efetivamente a realidade subjetiva, o aparelho da conversa deve ser contínuo e coerente. Em situações de crise, os procedimentos são essencialmente os mesmos que na conservação rotineira, exceto pelo fato de que as confirmações da realidade são explícitas.

Assim, os processos de socialização estão sempre atuantes, sendo que a socialização totalmente bem-sucedida é antropológicamente impossível. Assim, os processos de socialização situam-se entre dois pólos extremos, sendo de um lado a socialização totalmente bem sucedida, inatingível, e, de outro, a totalmente mal-sucedida (que, se ocorre, é no mínimo extremamente rara). O máximo sucesso de socialização verifica-se em sociedades onde ocorre uma divisão muito simples do trabalho e mínima distribuição do conhecimento. É em relação ao processo de socialização bem-sucedido que o indivíduo define sua identidade.

A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social, reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. Esses aspectos devem ser considerados na reflexão sociológica, sobretudo naquela que pretende fazer uma análise da sociedade contemporânea.

ELEMENTOS MEDIATIZADORES E FORMADORES DA CONSCIÊNCIA

Se pensarmos que nossas relações em sociedade estão mediatizadas por construções simbólicas (linguagens das mais diversas: corporal, escrita, falada) que aproximam e identificam as pessoas umas com as outras, em relação a qualquer área de convívio que seja, tais como as opções sexuais e políticas, perceberemos que toda sociedade elege um padrão de comportamento socialmente aceitável. Esse padrão faz parte da representação ideológica hegemônica que, por um lado, cria mecanismos de reafirmar o padrão aceitável e, por outro, mecanismos para refutar os *desvios*. Mas, como se processa essa mediatização?

Em Bakhtin (apud FREITAS 1999) temos a discussão sobre a construção da consciência, definida a partir da formulação de três categorias a serem apreendidas nesse processo:

- ◆ o eu para mim
- ◆ o eu para os outros
- ◆ o outro para mim

A determinação dessas categorias será estabelecida pela relação dialética do indivíduo com o mundo externo. Este se torna determinado e concreto para o sujeito que se relaciona nesse mundo. É por meio da localização social e histórica (por exemplo: um camponês, uma *socialite*) desta realidade, que se define o conteúdo da ligação do homem à vida e à cultura. Essa determinação sócio-histórica constrói uma ideologia.

Ideologia é um conceito que deve ser compreendido como um espaço de contradição e não simplesmente de ocultamento. É uma forma de representação do real que reflete e refrata uma outra realidade que lhe é exterior. Assim, tudo que é ideológico possui um determinado sentido e remete a algo situado fora do sujeito. É um signo. Os signos só emergem do processo de interação social na medida em que os indivíduos socialmente organizados em grupos formam uma unidade social. A consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais. Os signos são o alimento da consciência individual, a matéria de seu desenvolvimento. A consciência individual, por sua vez, reflete a lógica e as leis dos signos.

A partir disso, podemos compreender teoricamente que, por exemplo, um comportamento sexual ou político, sendo parte de uma construção ideológica, carece da organização dos grupos

minoritários para poder construir sua existência. Se assim acontece, quando um indivíduo está em uma fase de construção de sua identidade sexual ou política, devemos procurar identificar quais são as experiências que seu meio lhe oferece para tal definição.

A PRODUÇÃO DE SI MESMO COMO FORÇA DE TRABALHO

Concomitantemente à constituição da identidade dos indivíduos e à construção da realidade, temos a formação da mão-de-obra para o mercado capitalista que também irá compor tanto a identidade quanto a realidade de cada indivíduo.

Segundo Bernardo (apud NUNES 2001), temos dois processos na formação da força de trabalho no sistema capitalista: a produção da força de trabalho e a reprodução da força de trabalho.

A PRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A produção da força de trabalho se daria no âmbito doméstico, extra-econômico, no ambiente privado da família e em certas formações sociais, complementado na escola. É durante esse processo que os indivíduos são formados e qualificados para assumirem postos no mercado capitalista. É durante esse processo que o indivíduo incorpora valor e qualificação. Ainda que o conceito de valor não seja algo absoluto, é sempre resultado de uma relação social. É algo comparativo, algo dinâmico e que depende da reprodução das mesmas condições materiais em que o indivíduo irá inserir-se.

Esta concepção deixa clara a importância da compreensão dos processos de socialização que ocorrem na família, na escola, e assim por diante. É no ambiente mais próximo que o indivíduo irá encontrar elementos significativos para sua formação e qualificação profissional. É por conta da percepção desse aspecto que se fala em inteligência emocional, inteligências múltiplas, etc. Cada vez mais, percebe-se que a formação da identidade e da personalidade de um indivíduo não somente define quem ele é, mas, sobretudo, que sociedade ele tem dentro de si.

A fim de se estabelecer o valor de uma determinada força de trabalho, há que se considerar uma comparação sincrônica e diacrônica para poder se conceber o processo. Sendo assim, para compreender o processo de formação de uma força de trabalho, deve-se observar a relação entre as diferentes gerações de trabalhadores. Por

geração de trabalhadores compreende-se uma relação que se estabelece entre indivíduos em uma determinada sociedade quando a base tecnológica é modificada. Na medida em que as relações são modificadas pela inserção de novas tecnologias e/ou inovações tecnológicas de maneira global, ocorre uma desvalorização do trabalho humano de uma geração para outra. Sendo assim, somente quando uma determinada tecnologia muda o modo das pessoas fazerem as coisas é que se pode falar em nova geração.

Um exemplo ilustrativo é a informatização dos bancos pelo mundo. O sistema financeiro foi transformado significativamente pela incorporação dessa nova tecnologia de maneira global. Esse aspecto pode ser observado mais nitidamente em nossa conjuntura porque o ritmo das inovações está cada vez mais acelerado e, portanto, a desqualificação também. Antes, processos que levariam cinquenta anos para serem superados, hoje podem levar apenas uma década ou às vezes até menos.

No caso brasileiro, podemos exemplificar esse processo através das instituições bancárias. Há pelo menos quinze anos atrás, as pessoas iam aos bancos para efetuar pagamentos de contas e outras transações financeiras. Os bancos empregavam muitos funcionários e a vida cotidiana das empresas programava-se segundo o horário de atendimento bancário. Hoje em dia, a informatização permitiu o funcionamento bancário nas 24 horas do dia, o auto-atendimento nas agências e o acesso via internet. Eliminou boa parte dos funcionários das agências e redimensionou o tipo de formação daqueles funcionários que ainda permanecem nas instituições bancárias. Em quinze anos, os funcionários dos bancos passaram de uma qualificação mínima exigida de segundo grau completo para, no mínimo, uma formação técnica em informática.

Esse caso ilustra o que o autor chama de nova geração. Pode-se observar que não há períodos determinados para que ocorra o surgimento de novas gerações. Elas surgem na medida em que a sociedade incorpora as novas tecnologias ou inovações tecnológicas de maneira tal que o cotidiano modifica-se completamente. Além disso, as profissões ligadas às áreas afetadas ou integradas à nova tecnologia passam a incorporar uma maior qualificação para a mesma função, ou desaparecem, nos casos mais graves.

A formação da força de trabalho se dá basicamente na aquisição de conhecimentos no ambiente familiar. Contudo, a família

poderá não assumir tal formação que irá gerar a mão-de-obra ou força de trabalho. Isso pode ocorrer por dois motivos: a) quando os membros da família se assalariam, principalmente as mulheres que são os membros da família a quem comumente fica a função de educar os filhos e, portanto, acaba por não sobrar tempo para se dedicarem à formação deles. Assim, a escola passa a assumir a tarefa. b) quando a família não possui condições de fornecer aos filhos os conhecimentos necessários à formação exigida pelo mercado capitalista. Isto poderia ser caracterizado como defasagem de qualificação entre pais e filhos em relação às exigências do mercado de trabalho capitalista;

Na formação de força de trabalho, os indivíduos incorporam o tempo de trabalho que é crescente e que gera a qualificação. Esse acréscimo ao tempo de formação do trabalhador necessário para a incorporação de novas tecnologias é resultante da necessidade de um trabalho mais complexo do que o exigido para a geração anterior. Esse aspecto é o que gera a desvalorização das qualificações dos trabalhadores da geração anterior.

Vale dizer, portanto, que a constituição da identidade de um indivíduo está intimamente conectado à sua realidade concreta e as possibilidades de qualificação nela oferecidas. Do mesmo modo, sua realidade é determinada pelo estágio de desenvolvimento capitalista da sociedade em que ele se insere.

A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A reprodução da força de trabalho é considerada como o processo em que “[...] cada indivíduo da força de trabalho – output, cada jovem trabalhador em produção, aumenta de valor relativamente às gerações precedentes” (BERNARDO apud NUNES, 2001). Após a passagem ao processo de trabalho da geração seguinte, ele perde valor, pelo processo de comparação sincrônica e diacrônica. Sendo assim, a geração seguinte aumenta a qualificação e aumenta o valor de si mesmo, ao mesmo tempo em que desvaloriza a geração precedente, sem, contudo, desqualificá-la. A qualificação da geração anterior permanece e é exatamente nesse ponto que o capitalista passa a lucrar, pois nesse momento lucram com a desvalorização do trabalhador quando articulam a manutenção das qualificações e o processo de perda de valor.

A própria qualificação do trabalhador é um valor agregado ao produto que o capitalista comercializa. Sendo assim, a mais-valia produzida fica imperceptível ao trabalhador que passa a receber um

salário menor pela realização do mesmo tipo de trabalho. Quando se renegociam contratos coletivos com vistas a diminuir salários e manter empregos, esse processo já está posto e a percepção imediata é de que a culpa é da conjuntura econômica, da retração do mercado e do desemprego. É por isso que se coloca como horizonte aos trabalhadores, a necessidade de qualificação continuada a fim de que possa manter os padrões salariais anteriores.

Segundo Tumolo (2003) esse processo de desvalorização está conectado a uma cadeia de atos que se interpenetram e que criam mais-valia a partir de desvalorização de trabalhadores. Está também suscetível às pressões, tanto de capitalistas, que tentam controlar o processo, como dos trabalhadores, que buscam a re-qualificação. Os bens e serviços que podem ser consumidos por esse mesmo trabalhador permitem a ele a reprodução de sua condição e é a partir desse ponto que se pode, então, considerar o processo de reprodução da força de trabalho, pois a remuneração do trabalhador dessa geração já se definiu em termos de sua desvalorização, o que gera a mais-valia relativa ao capitalista e permite ao sistema expandir-se.

A questão da produção e reprodução da força de trabalho está inegavelmente atrelada ao processo de globalização, no sentido de que é graças à aceleração de trocas imposta na organização em rede, bem como à ênfase na inovação tecnológica e no paradigma da informação, que se pode desvelar a desvalorização da qualificação da mão-de-obra. Da mesma forma, na medida em que se compreende que a formação da força de trabalho também está atrelada à construção da identidade e, portanto, fundada em um processo de socialização, pode-se perceber que a chave para transformação está na compreensão desse processo.

Esta questão recoloca ainda a relação entre cultura e economia, o público e o privado, indivíduo e sociedade. O entrelaçamento e a interdependência desses processos, agora vistos como dinâmicos e determinantes uns dos outros, nos permite enfatizar a necessidade de reconstrução social através do indivíduo.

Recapitulando, temos os processos gerados pela globalização desvelando a importância dos processos que antecedem a inserção do indivíduo no mercado de trabalho. Esses processos constroem as identidades dos indivíduos; internalizam através dos processos socializadores primários e secundários as diretrizes da sociedade onde estes indivíduos estão inseridos; e formam a mão-de-

obra que irá compor os quadros futuros das empresas. Vê-se que o papel das instituições educacionais é essencial nesse processo.

Na medida em que a globalização acelera o processo de desvalorização da qualificação da mão-de-obra, pois coloca a necessidade de constantes inovações tecnológicas, impõe às gerações precedentes a necessidade de maior qualificação dentro do processo de inovação tecnológica. Nesse movimento, muitos indivíduos tornam-se desnecessários para a produção. Assim, os processos de socialização caracterizados pela rotina que reafirma suas identidades construídas ao longo das socializações primária e secundária não atingem mais esses indivíduos excluídos. O processo de exclusão abre caminho para que esses indivíduos, na medida em que tenham contato e dialoguem entre si, busquem uma reconstrução de suas realidades. É daí que surgem as experiências das empresas autogeridas. A grande diferença, então, das empresas autogeridas está exatamente no fato de que surgem dentro da perspectiva da reconstrução social da realidade.

MAGALHÃES, J. Social building processes, self-management movements and critical conscience. *Revista ORG & DEMO* (Marília), v.5, n.2, p. 229-246, 2004.

ABSTRACT: this paper intends to make a short analysis about social construction of reality and its relations to the building processes of individual identity and to the building of critical conscience. It also has the objective of extract the essency of the relationships among social construction processes of reality and identification of human beings that keep a social status quo and define the productino of their consciences about the place they live in.

KEYWORDS: socializing processes; self-management; identity; critical conscience.

REFERÊNCIAS

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERNARDO, J. A produção de si mesmo. In: NUNES, M. *Material Pedagógico*. Curso de Pós-graduação em Educação. Marília: Unesp, 2001.(mimeo).

BRANDÃO, C. R. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELIAS, N. *Envolvimento e alienação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

- ERICKSON, E. *Identidade: juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- FREITAS, M.T.A. *Vygotsky e Bakhtin Psicologia e educação: um intertexto*. São Paulo: Ática, 1999.
- MEAD, M. *An inquiry into the question of cultural stability in Polynesia*. New York: Columbia University Press, 1928.
- OLIVEIRA, R. C. de. Os (dês) caminhos da identidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 15, n. 42, fev., 2000.
- TUMOLO, P. S.. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.